



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 4º** Compete ao Banco Central do Brasil normatizar, fiscalizar e implementar medidas que garantam:

I – a preservação da infraestrutura digital pública, assegurando sua estabilidade, segurança cibernética e disponibilidade isonômica e não discriminatória, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013;

II – a privacidade, proteção e sigilo das informações financeiras processadas no âmbito do Pix e do Sistema de Pagamentos Instantâneos - SPI, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

III – a implementação de mecanismos avançados de detecção e prevenção a fraudes financeiras e ataques cibernéticos, em parceria com instituições financeiras e órgãos de segurança pública;

IV – a adoção de práticas regulatórias que impeçam a exclusão digital e garantam a acessibilidade do Pix a toda a população, incluindo medidas que facilitem a inclusão de idosos e grupos vulneráveis;

V – a transparência na governança do sistema Pix, garantindo a publicação de relatórios periódicos sobre sua segurança, desempenho e acessibilidade.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil deverá estabelecer protocolos obrigatórios de segurança digital e combate a fraudes, devendo criar canais de comunicação diretos para que usuários possam relatar tentativas de golpe, com rápida resposta e atuação das instituições financeiras responsáveis.”



JUSTIFICAÇÃO

A proposta de alteração do artigo 4º da MPV 1.288/2025 busca fortalecer o papel do Banco Central do Brasil na regulamentação, fiscalização e implementação de medidas que garantam a segurança e a confiabilidade do Pix.

Com o crescimento exponencial desse meio de pagamento, é fundamental reforçar sua governança, prevenir fraudes e garantir que ele seja acessível a toda a população. A nova redação do artigo está alinhada com diversas normas que regulam a segurança, a privacidade e a inclusão no setor financeiro digital, como a Lei nº 12.865/2013, que estabelece diretrizes sobre arranjos de pagamento e a atuação das instituições financeiras; a Lei Complementar nº 105/2001, que protege o sigilo das operações financeiras; a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), que assegura a proteção de dados pessoais; e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que garante direitos fundamentais aos usuários da internet, incluindo a privacidade em transações digitais.

No entanto, para que a alteração proposta tenha efeito prático, é essencial que as autoridades competentes adotem medidas complementares. Em primeiro lugar, é importante ampliar a segurança cibernética, com o desenvolvimento de mecanismos avançados para prevenir fraudes e ataques cibernéticos, como a implementação de tecnologias antifraude baseadas em inteligência artificial, capazes de detectar comportamentos suspeitos em tempo real.

Além disso, é fundamental promover maior fiscalização e transparência, com a publicação de relatórios periódicos sobre a segurança do sistema Pix e a criação de auditorias independentes para avaliar a eficácia das normas de proteção.

Outro ponto crucial é a inclusão digital e a acessibilidade. É necessário adotar práticas que ampliem o acesso ao Pix para idosos e grupos vulneráveis, promovendo educação financeira digital e oferecendo suporte adaptado às necessidades desses usuários.

Também é importante regulamentar práticas para evitar que bancos e fintechs restrinjam indevidamente o uso do Pix. No combate a fraudes e golpes



financeiros, sugere-se a criação de um canal centralizado de denúncias, com resposta rápida e coordenação entre instituições financeiras e órgãos de segurança pública, além da criação de um fundo de ressarcimento para vítimas de fraudes comprovadas, financiado por um percentual mínimo das transações bancárias.

Em conclusão, a reformulação do artigo 4º da MPV 1.288/2025 fortalece a regulamentação do Pix, garantindo um ambiente digital mais seguro, acessível e confiável para todos os usuários. Ao ampliar a responsabilidade do Banco Central e implementar mecanismos de segurança mais robustos, a proposta assegura a continuidade do Pix como um dos principais meios de pagamento no Brasil, prevenindo abusos, fraudes e exclusões digitais. Por essas razões, peço o apoio dos nobres pares para o acolhimento desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Senador Magno Malta
(PL - ES)

